

# SUEZ: DRAMATIS PERSONAE

## ANTHONY EDEN: O DELFIM QUE ESPEROU DE MAIS

**E**m muitos aspectos, o papel de Anthony Eden (1897-1977) na crise do Suez permanece tão intrigante hoje como há 50 anos atrás. Como é que uma disputa que a dada altura parecia bem encaminhada para ser resolvida pelas vias diplomáticas se transformou, no espaço de poucos dias, num dos maiores fiascos da política britânica da segunda metade do século XX? O que terá levado um governante que a opinião pública se habituara a associar à defesa da paz e do direito internacional a alinhar numa conspiração para atacar um Estado soberano? E como se explica que um político universalmente considerado como a encarnação dos valores cavalheirescos pudesse mentir de forma tão ostensiva ao povo e ao Parlamento britânico?

A chave do enigma poderá residir, em grande parte, numa mistura de questões de personalidade e factores mais contingentes. Muito embora tenha chegado a Downing Street, em Abril de 1955, rodeado das melhores expectativas (e de

ter sido triunfalmente reeleito um mês depois), Eden não foi capaz de se afirmar como um líder forte. Eterno delfim de Churchill, foi vítima do apego ao poder do seu antecessor, que, segundo a opinião geral, adiou muito para além do que seria razoável a passagem de testemunho na chefia do Governo. Essa longa espera contribuiu para que figuras influentes no Partido Conservador começassem a duvidar das reais capacidades políticas de Eden, sujeitando-o a um escrutínio cerrado após a sua nomeação como primeiro-ministro. Desde sempre ligado ao mundo «protegido» da diplomacia, Eden revelou-se um operador inábil no plano doméstico e, ao fim de poucos meses, um governante errático e inseguro.

Apesar da parceria que os unia desde 1940, Eden nem sempre estivera em perfeita sintonia com Churchill na forma como concebia o papel do Reino Unido no pós-guerra. Embora partilhasse das reservas deste em relação ao envolvimento britânico na construção europeia, por exemplo, nunca deixou de manifestar alguma incomodidade face aos termos assimétricos da «relação especial» entre Londres e

Washington. Em seu entender, o fulcro da diplomacia britânica deveria residir nas áreas abrangidas pelo Império e a Commonwealth, onde os interesses dos dois aliados nem sempre poderiam coincidir. Em meados dos anos 50 o principal foco das atenções de Eden e dos responsáveis britânicos estava menos virado para as colônias e protectorados que constituíam o «império formal» do que para o chamado «império informal» – os estados do Médio Oriente que se encontravam sob a influência de Londres através de uma relação de tipo «clientelar». A situação privilegiada de que o Reino Unido desfrutava na região era vital para a continuidade do seu estatuto de grande potência mundial. A seguir à guerra, o acesso seguro e barato às reservas petrolíferas do golfo Pérsico tornara-se um factor crucial na recuperação da economia britânica, ao passo que as bases e facilidades militares disponibilizadas por vários países árabes eram determinantes para o planeamento estratégico de Londres.

Mas esta preponderância britânica no Médio Oriente não tardou a ser posta em causa pela chegada ao poder de uma nova geração de líderes nacionalistas. Em 1951, o primeiro-ministro iraniano, Mossadegh, procedeu à nacionalização unilateral da Anglo-Iranian Oil Company, o maior investimento britânico no estrangeiro. No ano seguinte, o rei Farouk do Egipto foi deposto por um grupo de oficiais do Exército apostados em varrer os últimos vestígios da influência britânica no país – a começar pela grande base militar do Reino Unido na margem ocidental do canal de Suez.

Os assuntos do Médio Oriente e do Egipto eram familiares a Eden. Em 1936, por exemplo, fora ele quem negociara o tratado anglo-egípcio que previa a presença de tropas britânicas no Suez. Ao contrário de outras figuras do Partido Conservador, o então secretário de Estado nos Negócios Estrangeiros não encarou de forma dramática as intenções dos militares egípcios. Devido à descolonização da Índia, e à capacidade nuclear soviética, a base do Suez perdera muita da sua relevância estratégica. É claro que a importância do canal, a porta de entrada de dois terços das importações petrolíferas da Europa Ocidental, e um ponto de passagem para mais de 50 mil navios por ano (um terço dos quais britânicos), não podia ser subestimada – sobretudo numa época em que as reservas petrolíferas britânicas chegavam apenas para seis semanas.

Todavia, para lidar com o fermento nacionalista do Médio Oriente, e as oportunidades que isso proporcionava à URSS, Eden favorecia uma reorientação da política britânica. Uma das suas ideias consistia em reduzir os compromissos militares bilaterais do Reino Unido com alguns dos estados da região (Iraque, Jordânia, os sultanatos do golfo Pérsico), em benefício de uma política de construção de alianças multilaterais, com uma forte participação norte-americana. Em relação ao Egipto, confiava que uma resposta positiva aos desejos dos oficiais nacionalistas pudesse abrir novas perspectivas de cooperação entre os dois países. Em 1954, a sua posição foi aceite pelo Gabinete e um tratado celebrado com o governo de Nasser fixou uma data para a evacuação das tropas britânicas (18 de Junho de 1956).

Infelizmente para Eden, as suas expectativas não se confirmaram. Em Fevereiro de 1955, num encontro com Nasser no Cairo, não conseguiu convencê-lo a aderir à organização de defesa colectiva que pretendia estabelecer no Médio Oriente segundo o modelo da NATO. Mais grave ainda, quando o Reino Unido, o Paquistão e o Irão se juntaram ao Iraque e à Turquia para formar nesse ano o Pacto de Bagdade, Nasser mobilizou de imediato a sua máquina de propaganda para denegrir a organização. Em resultado disso, nenhum país árabe, com a excepção do Iraque, aceitou fazer parte dela (o mesmo sucedendo, de resto, com os EUA, por temerem desagradar a Israel e a outros estados árabes pró-ocidentais).

A posição britânica deteriorou-se ainda mais quando, em Setembro de 1955, Nasser celebrou um importante acordo para a aquisição de armamento à Checoslováquia, o que foi imediatamente visto como um triunfo diplomático da URSS. No entanto, e não obstante este revés, Eden continuou empenhado em conquistar as boas graças do ditador egípcio. Seguindo os conselhos dos «arabistas» do Foreign Office, que consideravam o problema palestino o principal factor de perturbação nas relações do Ocidente com o mundo árabe, patrocinou um conjunto de diligências secretas, em articulação com os norte-americanos, com o objectivo de alcançar um acordo de paz israelo-árabe (o chamado «Plano Alpha») – uma iniciativa que poderia ter tido melhor sorte se a Administração Eisenhower, a um ano das eleições presidenciais, não se tivesse mostrado tão receosa de alienar o voto judaico,

em virtude das concessões que Israel teria de ser pressionado a fazer. Ainda em 1955, Eden abordou também os norte-americanos com o intuito de os convencer a participarem no financiamento da barragem de Assuão, o mais emblemático projecto do regime «desenvolvimentista» de Nasser. A 1 de Março de 1956, porém, um acontecimento inesperado levou-o pela primeira vez a reconsiderar a sua estratégia «apaziguadora» relativamente a Nasser. Esse acontecimento foi a exoneração do general Sir John Glubb do comando da Legião Árabe da Jordânia. Furioso, Eden atribuiu a decisão do rei Hussein às maquinações de Nasser, sem lhe ocorrer que, face à maré alta do nacionalismo no mundo árabe, a presença de um oficial estrangeiro à frente das Forças Armadas jordanas se havia tornado altamente embaraçosa para o monarca hashemita. De qualquer forma, a demissão de Glubb assestou um duro golpe no prestígio britânico no Médio Oriente e suscitou fortes críticas à liderança de Eden. As mais ferozes vieram do interior do próprio Partido Conservador, nomeadamente dos deputados ligados ao «Grupo Suez» – um grupo de pressão formado em Westminster na sequência do Tratado Anglo-Egípcio de 1954. Eden reagiu a estas críticas endurecendo a sua postura face ao ditador egípcio. Em 19 de Julho, por exemplo, não só não colocou quaisquer objecções à desistência americana do esquema de financiamento de Assuão, como tomou ele próprio a mesma decisão. Uma semana mais tarde, com o anúncio da nacionalização do canal de Suez por Nasser, o contencioso anglo-egípcio entrou num novo patamar. No Reino Unido,

a notícia suscitou uma indignação quase universal e a analogia Nasser/Mussolini foi estabelecida pelo próprio líder trabalhista, Hugh Gaitskell, mais tarde um crítico feroz da intervenção militar anglo-francesa. Um «Comité Egípcio» foi formado no seio do Gabinete britânico com o objectivo de preparar uma eventual resposta militar, a qual contemplava a hipótese do derrube do regime de Nasser. No entanto, a percepção de que esse cenário poderia encontrar fortes resistências a nível doméstico e internacional levou a que a via diplomática não fosse posta de parte.

Nos meses seguintes, em paralelo com a chamada dos reservistas e a elaboração de preparativos militares, a diplomacia britânica tentou encontrar uma saída pacífica para o litígio. Em Setembro, uma conferência de potências marítimas reunida em Londres estabeleceu um conjunto de princípios que deveriam salvaguardar a liberdade e a segurança da navegação através do canal de Suez e regular as portagens e taxas devidas ao Governo egípcio – princípios esses que, no início de Outubro, estariam na base de um acordo para a gestão internacional do canal celebrado em Nova York pelos ministros dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, França e Egipto.

Sucedem, porém, que este compromisso não resolvia todos os problemas de Eden. Desde logo, as suas dúvidas quanto à boa-fé de Nasser permaneciam fortes; depois, o acordo não contava com a bênção e o envolvimento dos norte-americanos. Por fim, a ideia de que o ditador egípcio pudesse ser de alguma maneira recompensado pelos seus «métodos de

gangster» era-lhe insuportável. Em suma, Eden deixara que a credibilidade da sua liderança ficasse dependente de uma humilhação de Nasser.

No Gabinete britânico, a maioria dos ministros partilhava das opiniões do primeiro-ministro e era favorável ao cenário do derrube de Nasser – de resto, muitos tinham presente o precedente da deposição de Mossadegh, em 1953, por um golpe organizado pelo MI 6 e pela CIA.

Desta feita, porém, o convite para conspiração não veio de Washington, mas de Paris. O Governo francês, parceiro dos britânicos na companhia do canal de Suez, tinha também as suas razões de queixa em relação a Nasser, que há anos vinha apoiando os guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional da Argélia. Assim, em meados de Outubro, emissários britânicos encontram-se com altos responsáveis franceses e uma delegação israelita em Sèvres, nos arredores de Paris, para acertar os pormenores de um elaborado plano de ataque ao Egipto. A ideia era que Israel, alegando razões de autodefesa, atacasse o Egipto na região do Sinai; quando as suas forças estivessem próximas da zona do canal, tropas britânicas e francesas interviriam para «separar os beligerantes» (no pressuposto de que Nasser reagiria ao assalto) e, em nome da segurança da navegação internacional, assumiriam o controlo de posições-chave ao longo do canal. Por seu turno, Israel seria autorizado a manter grande parte do território egípcio ocupado pelas suas forças à data do cessar-fogo e, com isso, ganharia um novo perímetro de segurança em relação ao seu vizinho mais ameaçador.

Como é bem sabido, a execução do plano (posto em marcha a 29 de Outubro) redundou num tremendo fiasco para o Reino Unido e a França. Os sinais de que os dois países estavam a actuar em conluio com Israel tornaram-se evidentes ao fim de poucos dias e suscitaram uma viva condenação internacional. A URSS ameaçou atacar os três países agressores com *rockets*, vários países da Commonwealth deploraram a conduta de Eden e os EUA avisaram Londres de que se as suas tropas não se retirassem de imediato da região, em consonância com uma resolução aprovada na ONU, vetariam o empréstimo do FMI que o Tesouro britânico pedira de emergência para evitar o colapso da libra. Foi este ultimato, ao qual se somou também uma ameaça de sanções petrolíferas, que quebrou o ânimo britânico. A 6 de Novembro, Eden anunciou um cessar-fogo na Câmara dos Comuns e, depois de uma comunicação ao seu homólogo francês, deu a ordem de retirada às tropas britânicas da zona do canal.

A nível interno, a atmosfera «jingoista» criada pela imprensa mais conservadora, e o sentido patriótico da maioria da população, garantiram a Eden algum respaldo – mas não por muito tempo. O isolamento a que Grã-Bretanha se viu remetida na ONU,

a reacção gélida dos americanos, e, sobretudo, a forte desconfiança de que o primeiro-ministro mentira ao Parlamento e à opinião pública quando negara a existência de um conluio com franceses e israelitas, selaram o seu destino. Com uma saúde frágil e os nervos arrasados, os médicos aconselharam-no a renunciar. A 9 de Janeiro apresentou o seu pedido de exoneração à rainha e retirou-se da política activa.

Apesar das várias tentativas de reabilitação de que tem sido alvo, a reputação de Eden permanece manchada pela sua conduta na crise do Suez. Aquando da sua morte, em 1977, o obituarista do *Times* notou que ele fora o «último primeiro-ministro a acreditar que a Grã-Bretanha era ainda uma grande potência, e o primeiro a confrontar-se com uma crise que demonstrou o contrário»<sup>1</sup>. Mas essa não foi a sua única ilusão. Tragicamente, Eden pensou também que em meados do século XX, e num regime democrático, seria ainda possível gerir uma crise internacional usando os métodos de um Talleyrand ou de um Bismarck. A reacção que as suas acções suscitaram dentro e fora da Grã-Bretanha provou que não era.

■ PEDRO AIRES OLIVEIRA

## NOTAS

<sup>1</sup> CARLTON, David – *Britain & Suez Crisis*. Oxford: Basil Blackwell, 1989, p. 111.